

CONGRESSO NACIONAL

Interesses dos idosos tramitam lentamente

Dos 19 projetos aprovados neste ano na comissão específica, nenhum chegou ao Plenário

» ANDREA MALCHER
» EVANDRO ÉBOLI

No papel e nas intenções do Congresso Nacional, a pessoa idosa está bem protegida no país. No entanto, a grande maioria dos projetos de lei voltados a essa população não avança. Sequer chega a ser votada. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara, por exemplo, aprovou, neste ano, 19 propostas, que estão paradas na Casa aguardando deliberação em outras comissões.

Entre as propostas paradas no Congresso Nacional, estão as que criam a Creche do Idoso — espaço nos quais os mais velhos poderão contar com serviços de saúde, nutrição e assistência social — e o Conselho de Proteção ao Idoso. Também avançam lentamente os debates sobre o projeto que regulamenta a distribuição de fraldas geriátricas descartáveis a quem vive em condições de vulnerabilidade.

O Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou o rápido envelhecimento da população do país. Os brasileiros com mais de 60 anos já somam 32,1 milhões de pessoas, o que representa 15,8% da população. Subindo a linha de corte para 65 anos, são 22,2 milhões de habitantes, ou 10% da população total do país (203 milhões).

Na outra ponta, o número de pessoas abaixo dos 30 anos caiu 5,4 pontos percentuais. Em 2022, a população com 30 anos ou mais passou a representar 56,1%.

Quando anunciou os dados do Censo, o pesquisador do IBGE Gustavo Fontes atribuiu essas alterações nos grupos etários a um “reflexo da acentuada diminuição da fecundidade, que vem ocorrendo no país nas últimas décadas e que já foi mostrada em outras pesquisas do IBGE”.

Para a terapeuta ocupacional e pesquisadora em envelhecimento da Universidade de Brasília (UnB) Grasielle Tavares, o Estado não está preparado para essa mudança no perfil populacional no país. “Essa questão apontada pelo Censo é algo que nós trabalhamos na gerontologia e na geriatria e já está sendo avisada há muito tempo”.

“Isso vai se tornar um problema muito grande. Realmente, as políticas públicas não estão acompanhando, são pouquíssimos os investimentos. É uma das áreas governamentais que tem o menor investimento, e sofre com a demora na construção das políticas. É preciso pensar em como viver melhor, já que estamos com a possibilidade de viver até os 90, 100 anos. O número de centenários é muito grande

AgenciaCamara



Aliel Machado: até o papa Francisco demonstrou preocupação com a falta de políticas para idosos



Enquanto a dependência dos jovens está diminuindo, observamos um aumento preocupante na dependência entre os idosos. É urgente ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, de 2015, que ainda aguarda aprovação no Congresso brasileiro”

Aliel Machado (PV-PR), deputado federal

32,1 MILHÕES

de brasileiros têm mais de 60 anos de idade, segundo o Censo 2022

agora e vem crescendo bastante”, comentou a pesquisadora.

Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara, o deputado Aliel Machado (PV-PR), de 34 anos, afirmou ao **Correio** que os dados do Censo revelam uma “situação alarmante” para a população idosa do Brasil.

“Enquanto a dependência dos jovens está diminuindo, observamos um aumento preocupante na dependência entre os idosos. Esses números destacam a urgência de ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída em 2015, mas que ainda aguarda aprovação no Congresso brasileiro”, disse o deputado.

Apelo ao papa

Essa convenção é um tratado assinado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em meados de 2015, com o propósito de promover, proteger e assegurar o reconhecimento de todos os direitos humanos e liberdade fundamentais dos idosos. Machado contou que houve até mesmo um apelo da comissão ao papa Francisco. Em setembro, integrantes do colegiado estiveram com o líder católico, em Roma.

“A gravidade da situação é tanta que, em setembro, membros da Comissão do Idoso se reuniram com o papa Francisco, que expressou sua preocupação e enfatizou a necessidade de políticas públicas que melhorem a

qualidade de vida dessa população”, observou o parlamentar.

As mulheres são maioria entre as pessoas com mais de 60 anos — 17,8 milhões. Os homens, nessa faixa etária, somam 14,2 milhões de habitantes.

No atual governo, o secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Alexandre da Silva, manifestou-se em nota sobre o resultado do Censo. Para ele, “esses dados ratificam o contínuo processo de envelhecimento da população brasileira”.

Ex-secretário adjunto nacional do Idoso no governo de Jair Bolsonaro, o hoje deputado federal Paulo Fernando (Republicanos-DF) observou que, na gestão passada, foi criado o programa Envelhecimento Ativo e Saudável, que mantinha convênio com prefeituras e programas de informática. Ele defende que ações como essas sejam replicadas em todo o país. Titular da comissão do idoso da Câmara, ele chama a atenção para a estimativa de que entre 25% e 30% do eleitorado, em breve, será composto por idosos. A comissão discute com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma maneira de ampliar o tempo de votação do idoso na urna eletrônica.

“Por conta da idade, o idoso tem mais dificuldade no momento de digitar o número de um candidato na urna eletrônica. Assim, o voto acaba sendo nulo ou indo para a legenda de um partido, não expressando a real vontade desse eleitor”, disse Paulo Fernando.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Governo deveria priorizar a Reforma Tributária e manter o déficit zero

O nome já diz: imposto. Ninguém os paga por livre e espontânea vontade. Na economia clássica, porém, o ícone liberal Adam Smith resumiu a receita da boa tributação: a tríade justiça, simplicidade e neutralidade. Quando todos pagam, do mais pobre ao mais rico, na proporção de sua capacidade; quando é fácil de calcular e pagar; e quando não altera a competitividade das empresas e o comportamento do consumidor, o sistema tributário é eficiente e justo. Entretanto, aqui no Brasil, é um labirinto cheio de armadilhas para produtores e consumidores, criado para manter privilégios e subsidiar a incompetência.

Se agruparmos as atividades econômicas em nove setores — agropecuária, indústria extrativa, indústria da transformação, construção civil, serviços sofisticados (de empresas, financeiros e imobiliários) e serviços não sofisticados —, o Brasil emprega muita gente em agropecuária e serviços não sofisticados, em que a produtividade do trabalho e sua remuneração tendem a ser baixas. Além de ocuparmos o maior número de trabalhadores em setores de baixa produtividade, os empregos industriais brasileiros apresentam baixa performance em termos de ganhos de produtividade globais.

O sistema tributário é uma das causas da baixa competitividade e da perda de complexidade industrial do Brasil, que está se desindustrializando rapidamente. Muito se fala em desonerar as empresas dos encargos trabalhistas, que financiam o desemprego e as aposentadorias, mas pouco se discute as consequências perversas dos subsídios e privilégios concedidos às empresas brasileiras. A ideia de integração mutuamente vantajosa à economia mundial somente fica de pé se nos produtos e serviços forem capazes de competir interna e externamente. A competitividade adquirida com reservas de mercado, a médio e longo prazos jogam a economia para baixo.

Sendo assim, opta-se, mais uma vez, pelo imediatismo. A conta entre arrecadação e gasto público não fecha, o que gera inflação e juros altos. O baixo teto de crescimento que decorre dessa visão é mais prejudicial à economia do que supostamente seria o enquadramento da capacidade de investimento do governo na arrecadação real, como propõe o novo arcabouço fiscal.

Modelo atávico

A Reforma Tributária proposta pelo projeto de Bernardo Appy, já aprovada na Câmara e em discussão no Senado, avança na questão da simplificação dos impostos, mas deixa muito a desejar em termos de justiça e neutralidade, por causa das mudanças que estão sendo aprovadas. Nossa elite política reproduz o velho modelo de subsídios às nossas indústrias e serviços, para compensar a baixa produtividade e manter margens de lucro vantajosas, sem a devida contrapartida de eficiência e qualidade.

Dez novas exceções foram introduzidas na Reforma Tributária pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), seu relator no Senado, para ampliar os privilégios tributários já aprovados na Câmara, que beneficiam vários setores da economia. No saneamento, é uma contradição com o discurso de que o setor privado tem mais condições de investimento e capacidade de gerenciamento do que o setor público. Se é assim, como de fato pode ser, por que um regime diferenciado? O resultado dos privilégios para os setores beneficiados com 40% de desconto no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é um aumento geral da alíquota de impostos, que originalmente estava prevista em 25,45% e poderia chegar a 27%; com as novas exceções, chegarão a 27,56%. Ou seja, todos os consumidores financiarão a baixa produtividade dos beneficiados.

Saneamento, concessão de rodovias, infraestrutura compartilhada de telecomunicações, agência de viagem, turismo, transporte rodoviário de passageiros intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo estão no rol dos setores com regime diferenciado. Pode-se argumentar que serão objeto de legislação específica, mas sabemos que têm lobbies caledados e alguns representantes influentes no Congresso. Como se sabe, a concorrência que compensa a baixa produtividade com mais exploração do trabalho impacta o poder de consumo e, consequentemente, a própria lucratividade das empresas. E levam a baixas taxas de crescimento e menos complexidade industrial.

Até agora, a economia vinha numa trajetória positiva, tanto que o Banco Central, mesmo com a polêmica sobre o déficit zero, manteve a linha de redução da taxa de juros na última reunião do Copom: a Selic caiu de 12,75% para 12,25%. Entretanto, a projeção para a taxa de juros no fim de 2024 já aumentou de 9% para 9,25%, podendo chegar a 10%. Mais 1% na taxa de juros tem enorme impacto na arrecadação e nas despesas do governo. O governo Lula se ajudaria mais se focasse mais empenho político na aprovação da melhor Reforma Tributária possível, o que pode de fato aumentar a arrecadação, e menos na desmoralização da meta fiscal de déficit zero.

ARAPONGAGEM

PF recupera 30 mil “grampos” da Abin

Ed Alves/CB/DA.Press



Ramagem na mira da PF: ele era chefe da Abin na época dos grampos

A Polícia Federal resgatou 30 mil monitoramentos ilegais feitos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). Esses registros haviam sido apagados, e havia apenas 1,8 mil ainda disponíveis. Em 20 de outubro, o órgão foi alvo da operação Última Milha. Além de ter o prédio vasculhado, dois servidores da Abin foram presos e outros foram alvo de buscas e apreensões.

A informação dos monitoramentos recuperados é do colunista Lauro Jardim, de *O Globo*. A estimativa é que os peritos da PF levem cerca de um mês para analisar todos esses monitoramentos. A corporação diz que a Abin realizou atos ilegais de espionagem, inspecionando a localização de ministros, políticos, jornalistas e advogados.

Isso era feito por meio de um

programa chamado FirstMile, da empresa israelense Cognyte (ex-Verint), comprado pelo governo brasileiro em 2018. A ferramenta detecta os sinais de 2G, 3G e 4G

trocados entre celulares e torres de telecomunicações para fornecer a localização exata dos aparelhos Basta, para essa busca, ter o número do telefone.

Nos 1.800 monitoramentos que foram inicialmente encontrados pela PF, havia um homônimo do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o que reforça o indicio de que ele foi um dos alvos dessa operação de espionagem. As demais pessoas da lista estão sob o sigilo das investigações.

Durante a gestão Bolsonaro, a Abin foi comandada pelo seu correligionário Alexandre Ramagem (PL-RJ), que era delegado da PF e hoje é deputado federal. As investigações da PF sobre a espionagem da Abin colocam Ramagem e os Bolsonaros na mira. Em vários momentos, o ex-presidente mencionou que tinha uma “Abin paralela” que lhe fornecia informações “confiáveis”. Bolsonaro tentou colocar Ramagem na chefia da Polícia Federal, mas foi impedido pela Justiça.